ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO - ASSOCIAÇÃO REABILITAR

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 ACOMPANHADO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração da
ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR
Teresina – PI

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR** (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR** (Entidade) em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que inclui a Interpretação Técnica "Entidades sem Finalidade de Lucros – ITG 2002 (R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Recebíveis do Contrato de Gestão Maternidade D. Evangelina Rosa em atraso

Chamamos a atenção para a nota explicativa n°5 às Demonstrações Contábeis, a qual menciona que a Entidade possui o montante de R$ 39.062.973 em situação de atraso registrados na rubrica Convênios e Subvenções a Receber do Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Piauí, através da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí – SESAPI para a gestão administrativa, contratação de pessoal e compra de equipamentos para a Nova Maternidade D. Evangelina Rosa. A Nova Maternidade D. Evangelina Rosa tem o início de suas operações previsto para julho de 2023. Devido a alguns retardos no processo de compras e entrega dos equipamentos constantes no objeto do contrato, ocorreram atrasos em alguns repasses por parte do Secretaria de Saúde do Estado do Piauí – SESAPI. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que inclui a Interpretação Técnica "Entidades sem Finalidade de Lucros – ITG 2002 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras ou atividades de negócio da Entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Entidade e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Teresina, 21 de março de 2023.

PKF Affiance Brazil

PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES
CRC Nº PI-000867/F
CVM Nº 12.254

Jorge Ivan Teles de Sousa
BA-012430/O-2 T PI

A PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Ativo Líquido apresentado em reais

	Nota	2022	2021
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	3.700.103	5.759.497
Caixa Restrito - Aplicações Financeiras	11b.6	22.177.787	-
Convênios e Subvenções a Receber	5	42.123.627	2.810.481
Estoques	6	2.648.328	2.097.314
Ativo Fiscal		1.264	2.353
Despesas Antecipadas		74.687	65.282
Adiantamentos		1.294.966	602.685
		72.020.762	**11.337.612**
Ativo Não Circulante			
Imobilizado	7	31.577.047	24.912.209
		31.577.047	**24.912.209**
Total do Ativo		**103.597.808**	**36.249.821**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo Líquido apresentado em reais

	Nota	2022	2021
Passivo Circulante			
Fornecedores de bens e serviços	8	1.900.862	853.085
Empréstimos e Financiamentos	9	281.131	478.588
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	10	1.412.291	1.265.326
Outras Obrigações		33.311	37.433
Receitas Diferidas de Subvenções Governamentais	11	1.127.074	705.797
		4.754.669	**3.340.229**
Passivo Não Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	9	727.452	1.178.759
Receitas Diferidas de Subvenções Governamentais	11	85.903.929	18.875.503
		86.631.381	**20.054.262**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social		2.260.282	2.260.282
Superávit Acumulado		9.951.476	10.595.048
		12.211.758	**12.855.330**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**103.597.808**	**36.249.821**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Resultado do exercício apresentado em reais

	Nota	2022	2021
Receita Operacional Líquida	12	**33.677.747**	**31.983.583**
Custo com Serviços Vendidos	13	(13.860.653)	(12.205.296)
Custo com Produtos Vendidos	14	(5.682.035)	(5.375.043)
Superávit Operacional Bruto		**14.135.059**	**14.403.244**
(Despesas) com Atividades de Saúde			
Despesas Administrativas	15	(15.096.527)	(13.003.962)
Outras Receitas e (Despesas) Operacionais			
Outras Receitas Operacionais		169.712	98.295
Outras Despesa Operacionais		(23.076)	(47.206)
(Déficit) Superávit Antes do Resultado Financeiro		**(814.832)**	**1.450.371**
Resultado Financeiro Líquido	16	171.260	140.255
(Déficit) Superávit do Exercício		**(643.572)**	**1.590.626**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Resultado abrangente apresentado em reais

	2022	2021
(Déficit) Superávit do Exercício	**(643.572)**	**1.590.626**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado do Exercício Abrangente	**(643.572)**	**1.590.626**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Movimentação da Mutação do Patrimônio Líquido apresentado em reais

	Patrimônio social	Superávit/Déficit Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.260.282**	**9.004.422**	**11.264.704**
Superávit do período	-	1.590.626	1.590.626
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.260.282**	**10.595.048**	**12.855.330**
Déficit do período	-	(643.572)	(643.572)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.260.282**	**9.951.476**	**12.211.758**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Fluxo de Caixa apresentado em reais

	Nota	2022	2021
Atividade Operacional			
(Déficit) Superávit do exercício		**(643.572)**	**1.590.626**
Itens que Não Afetam o Caixa:			
Depreciação	7b	1.190.204	1.289.363
Custo na baixa de Ativo Imobilizado	7b	13.525	29.304
Receitas Diferidas de Subvenções Governamentais	11b	(2.506.129)	(1.383.232)
Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados		198.485	74.482
Superávit Ajustado		**(1.747.487)**	**1.600.543**
(Aumento) / Diminuição das Contas do Ativo		**(23.679.573)**	**1.765.783**
Caixa Restrito - Aplicações financeiras	11b	(22.177.787)	-
Clientes, Convênios e Subvenções a Receber		(250.173)	2.421.607
Despesas Antecipadas		(9.406)	(21.425)
Adiantamentos		(692.281)	(353.255)
Estoques		(551.013)	(281.144)
Ativo Fiscal		1.087	-
Aumento / (Diminuição) das Contas do Passivo		**32.083.482**	**1.347.835**
Fornecedores de bens e serviços		1.047.777	212.150
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		146.965	230.163
Outras Obrigações		(4.120)	(54.497)
Subvenções Governamentais Recebidas		30.892.860	960.019
Fluxo de caixa Gerado pela Atividade Operacional		**6.656.422**	**4.714.161**
Atividades de Investimento			
Aquisição do Ativo Imobilizado	7b	(7.868.566)	(4.303.701)
Fluxo de Caixa Consumido pela Atividade de Investimentos		**(7.868.566)**	**(4.303.701)**
Atividades de Financiamento			
Captação de Empréstimos e Financiamentos			1.792.865
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos		(847.250)	(210.000)
Fluxo de Caixa (Consumido) / Gerado pela Atividade de Financiamento		**(847.250)**	**1.582.865**
(Diminuição)/ Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(2.059.394)**	**1.993.325**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		5.759.497	3.766.172
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4	3.700.103	5.759.497
		(2.059.394)	**1.993.325**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas apresentadas em reais, exceto se indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação, Readaptação – Associação Reabilitar, localizada na Av. Higino Cunha, 1515 - Ilhotas, Teresina - PI, 64014-220 fundada em 13 de março de 2006, como Entidade civil, com personalidade jurídica de direito privado, de interesse coletivo, e caráter assistencial de atenção à saúde, qualificada como Organização Social pelo Decreto Estadual n° 12.286/06 e Decreto Municipal n° 14.526/14, não possui finalidade lucrativa, além disso, tem como objeto a inclusão social das pessoas com deficiência através de atividades de habilitação, reabilitação e readaptação. A entidade é reconhecida de utilidade pública Municipal pela Lei n° 3.777, de 30 de junho de 2008 e Estadual pela Lei Ordinária n. º 5.851, de 17 de junho de 2009.

Para consecução dos seus objetivos, a Organização mantém Contrato de Gestão com o Governo do Estado do Piauí, Prestação de Serviços ao SUS, Produção e Comercialização de Órteses e Próteses como também recebe Subvenções e Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas.

a. Principais Eventos em 2022

Contrato de Gestão da Nova Maternidade Dona Evangelina Rosa

Em abril de 2022, a Associação Reabilitar e o Governo do Piauí, por meio da Secretaria Estadual de Saúde (SESAPI), assinaram o contrato de gestão administrativa e compra dos equipamentos da nova Maternidade Dona Evangelina Rosa. Diante disso, ressalta-se que o centro materno-infantil está com obras em fase final e ficará localizado na Avenida Presidente Kennedy, Zona Leste de Teresina.

Após a assinatura do contrato, foi criada uma Comissão de Transição, formada por colaboradores da Reabilitar, servidores da Sesapi, representantes da diretoria da atual maternidade e membros do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde (Cosems), para acompanhar as ações administrativas e a compra de equipamentos, assim como planejar o funcionamento do novo prédio.

Até dezembro de 2022, cerca de 30% dos equipamentos da nova maternidade estavam comprados, dentre eles: Focos Cirúrgicos, maquinários do setor de Lavanderia, Central de Material Esterilizado (CME), mobiliário, banheiras do Centro de Parto Normal (CPN), equipamentos do setor de Nutrição, aparelho Tomógrafo e aparelho de Raio-X fixo. A inauguração e o início das operações da Nova Maternidade D. Evangelina Rosa estão previstos para julho de 2023.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado ao contrário:

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", incluindo a Interpretação Técnica "Entidades sem Finalidade de Lucros – ITG 2002 (R1).

Essas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva em 16 de março de 2023.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, como base de valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 2.4.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022 que tenham impacto relevante nas demonstrações contábeis da Entidade.

2.3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis, e o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas, principalmente, nas notas explicativas:

• Nota Explicativa 7 – Depreciação

3. Principais Políticas Contábeis

a. Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros

i.Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Entidade para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Entidade tenha aplicado o expediente prático, a Entidade inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Entidade para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos e caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

ii.Mensuração subsequente

Em 31 de dezembro de 2022, a Entidade possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

iii.Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Entidade ao custo amortizado incluem duplicatas a receber, contas a receber com Partes Relacionadas e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante.

iv.Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

v.Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Entidade transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Entidade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Entidade não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Entidade transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Entidade continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Entidade também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Entidade.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Passivos financeiros

i.Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no Reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Empresa incluem Fornecedores e Outras Contas a Pagar, Adiantamentos de Clientes, Empréstimos e Financiamentos. e Receitas Diferidas de Subvenções Governamentais.

ii.Mensuração subsequente

A Mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento. A Entidade não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

iii.Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

b. Convênios e Subvenções a Receber

O Contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo montante original da prestação de serviços no decurso normal das atividades da Entidade. A Entidade concede normalmente prazo de até 30 dias para o recebimento, depois de efetuado o faturamento, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante. Esse prazo é considerado pela administração como parte das condições comerciais inerentes das operações da Entidade, não caracterizando uma operação de financiamento. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado (valor justo), ajustado pela provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

A provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (ajuste a valor recuperável) é reconhecida com base na análise dos valores a receber de clientes, em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas quando de sua realização, segundo critérios definidos pela Administração, representados basicamente pela análise individualizada das contas a receber em atraso.

c. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada e, em geral, compreendem materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo e outros produtos relacionados à atividade hospitalar.

A Entidade controla a obsolescência destes estoques e quando identificada uma provisão para perdas com estes estoques, a provisão é constituída.

d. Imobilizado

i.Reconhecimento e Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos líquidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii.Custos Subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

iii.Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. Considerando que historicamente a Entidade não efetua a alienação de seus principais itens do imobilizado, senão na forma de sucata, o valor residual dos itens do imobilizado será considerado como igual a zero.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos – "*Impairment*"

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não são relevantes e são revisados quando houver indicação de possível desvalorização.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

f. Contas a pagar aos fornecedores e honorários de serviços médicos

As contas a pagar aos fornecedores e honorários de serviços médicos são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, uma vez que o pagamento é devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

g. Demais Ativos Circulantes e Não Circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h. Obrigações Trabalhistas

Constituída com base na remuneração de cada empregado e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, acrescida dos encargos sociais correspondentes. A Entidade tem por prática reconhecer tal obrigação a curto e longo prazo em função da perspectiva de pagamento.

i. Reconhecimento de Receitas

A Entidade reconhece as suas receitas nas seguintes condições:

- As receitas de subvenção são reconhecidas de acordo com a NBC TG 07 (R1) como receitas diferidas no passivo, sendo reconhecidas como receita no resultado em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

As subvenções governamentais, inclusive a subvenção não monetária a valor justo é reconhecida pela Entidade quando existe segurança de que:

a) A Entidade cumprirá todas as condições estabelecidas; e

b) A subvenção será recebida.

A subvenção para custeio é reconhecida como receita e confrontada com as despesas que pretende compensar, desde que atendidos a norma contábil NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamental.

Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, as contrapartidas da subvenção são em conta específica do passivo.

- As receitas de vendas de serviços são mensuradas pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.
- A Entidade realiza atendimentos a usuários por meio de serviços na área da saúde e de forma complementar, sendo que estes fazem parte do rol de procedimentos custeados pelo SUS através de contrato com Fundação Municipal de Saúde de Teresina-PI.

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são compostas por receitas de juros sobre as aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as tarifas bancárias no curso normal das operações da Entidade.

k. Determinação do Valor Justo

Diversas políticas e divulgações contábeis requerem a determinação do valor justo tanto para ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

l. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

a. Composição Contábil

	2022	2021
Caixa	7.877	5.647
Aplicações Financeiras		
Banco do Brasil	3.692.225	5.753.850
	3.700.103	**5.759.497**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros produtos de investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

As aplicações financeiras representam valores investidos em fundos de investimento em cotas administrados pelo Banco do Brasil S.A, lastreadas principalmente em títulos privados, emitidos por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano de 2022 de aproximadamente 12,39% do DI CETIP (CDI).

5. Convênios e Subvenções a Receber

a. Composição Contábil

	2022	2021
Subvenções a Receber		
Contrato de Gestão - CEIR**	1.317.174	1.485.802
Contrato de Gestão Nova Maternidade D. Evangelina Rosa****	39.062.973	-
Transporte Eletivo (Qualisus) *	536.387	630.570
CER III	400.000	200.000
Programa Rede Viver sem Limites	108.000	54.000
	41.424.534	**2.370.372**
Convênios		
SUS	597.826	391.915
Maternidade D. Evangelina Rosa	1.365	26.421
IAPEP	110	132
	599.301	**418.468**
Outras Contas a Receber ***	**99.792**	**21.641**
	42.123.627	**2.810.481**

* O serviço é uma ação do Governo do Estado do Piauí, através da SESAPI, em parceria com a Associação Piauiense de Municípios (APPM) e com a administração da Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação e Readaptação. Tem como objetivo garantir o transporte de ida e volta para realização de consultas, exames eletivos e outros procedimentos em Teresina a pacientes do SUS residentes em municípios do interior do Piauí contemplados pelo projeto.

** Desde 2008 a Entidade possui Contrato de Gestão firmado com a Secretaria de Saúde do Estado do Piauí (SESAPI). O Contrato de Gestão define a cada ano as metas de atendimento com o Governo do Estado, sob acompanhamento de uma comissão formada pela Sesapi que avalia os resultados anuais.

*** São contas a receber de cartões de crédito, vendas do bazar e aluguel da lanchonete.

**** Contrato de Gestão Maternidade D. Evangelina Rosa conforme detalhamento da nota 21.

b. Composição por Vencimento de Títulos:

	2022	2021
A vencer	1.994.906	1.941.131
Vencidos até 30 dias	902.068	517.329
Vencidos entre 31 e 60 dias	9.852.388	352.021
Vencidos entre 61 e 120 dias	19.805.079	-
Vencidos entre 121 e 180 dias	9.567.710	-
Vencidos há mais de 181 dias	1.476	-
	42.123.627	**2.810.481**

Em 31/12/2022 os Contratos de Gestão: CEIR, CER IV, STE e MDER estavam com sua posição de recebimento em atraso, onde:

- A Superintendência da Associação Reabilitar solicita mensalmente, o recebimento das parcelas em atraso, por meio de ofício direcionado a SESAPI. Além disso os trâmites processuais são acompanhados diariamente pela alta gestão;
- Os recebíveis com posição em atraso, no montante de R$ 39.062.973, fazem parte do contrato de gestão da Nova Maternidade D. Evangelina Rosa que possui um cronograma de cumprimento das obrigações do objeto do contrato, o qual diz respeito a compra de equipamentos que estão em andamento. Mas devido a alguns retardos no processo de compras e entrega dos equipamentos, ocorreram também atrasos em alguns repasses. A inauguração da Nova Maternidade D. Evangelina Rosa está prevista para julho de 2023.

6. Estoques

a. Composição Contábil

	2022	2021
Mercadorias para Revenda (OPME)	1.279.775	1.269.455
Materiais da Clínica	34.782	51.751
Materiais de Manut. Gerais	42.539	67.821
Material Médicos	11.027	17.795
Matérias Primas	1.127.033	566.168
Uso e Consumo	99.323	84.405
Gênero Alimentício	428	648
Medicamentos	53.421	39.271
	2.648.328	**2.097.314**

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

7. Imobilizado

a. Composição Contábil

	Custo	Depreciação	2022 Líquido	2021 Líquido
Edifícios e Construções	18.851.879	(1.133.925)	17.717.954	17.906.644
Móveis, Equipamentos e Máquinas	12.667.997	(7.033.156)	5.634.841	6.136.137
Veículos	7.367.730	(7.240.542)	127.188	221.629
Equipamento de Informática	1.622.210	(1.097.999)	524.211	555.282
Utensílios e Instalações hospitalares	2.795	(1.932)	863	1.141
Imobilizado em andamento	7.494.440	-	7.494.440	13.826
Outros bens	77.550	-	77.550	77.550
	48.084.601	**(16.507.554)**	**31.577.047**	**24.912.209**

b. Movimentação do Imobilizado

	2020	Adições	Baixas	Transf.	2021	Adições	Baixas	Transf.	2022
Custo									
Edifícios e Construções	18.851.879	-	-	-	18.851.879	-	-	-	18.851.879
Moveis, Equipamentos e Máquinas	8.261.929	4.158.123	(115.301)	167.133	12.471.884	243.723	(48.869)	1.260	12.666.738
Veículos	7.355.749	11.980	-	-	7.367.729	-	-	-	7.367.729
Utensílios e Instalações hospitalares	2.795	-	-	-	2.795	-	-	-	2.795
Equipamento de Informática	1.414.767	132.338	(70.735)	35.585	1.511.955	142.970	(32.716)		1.622.209
Imobilizado em andamento	215.285	1.260	-	(202.718)	13.827	7.481.874		(1.260)	7.495.701
Outros bens	77.550	-	-	-	77.550	-	-	-	77.550
	36.179.954	**4.303.701**	**(186.036)**	**-**	**40.297.619**	**7.868.567**	**(81.585)**	**-**	**48.084.601**
Depreciação									
Edifícios e Construções	(756.544)	(188.690)	-	-	(945.234)	(188.690)	-	-	(1.133.924)
Móveis, Equipamentos e Máquinas	(5.999.684)	(428.726)	90.717	-	(6.337.693)	(735.456)	38.046	-	(7.035.103)
Veículos	(6.643.007)	(503.250)	-		(7.146.257)	(94.440)	-	-	(7.240.697)
Utensílios e Instalações hospitalares	(1.373)	(281)	-	-	(1.654)	(279)	-	-	(1.933)
Equipamento de Informática	(852.171)	(168.416)	66.015	-	(954.572)	(171.339)	30.014	-	(1.095.897)
	(14.252.779)	**(1.289.363)**	**156.732**	**-**	**(15.385.410)**	**(1.190.204)**	**68.060**	**-**	**(16.507.554)**
Imobilizado, líquido	**21.927.175**	**3.014.338**	**(29.304)**	**-**	**24.912.209**	**6.678.363**	**(13.525)**	**-**	**31.577.047**

c. Premissas Subjacentes ao Reconhecimento

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, pelo custo de aquisição acrescido dos gastos aferidos para que o ativo entre em operação. Os terrenos não são depreciados, a depreciação dos demais ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa Média	Anos
Edificações	1%	100
Móveis, Equipamentos e Máquinas	10%	10
Veículos	20%	5
Utensílios e Instalações Hospitalares	10%	10
Equipamentos de Informática	20%	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

8. Fornecedores

a. Composição Contábil

	2022	2021
Baumer S.A	539.939	-
Tecnowash Suzuki Comercial de Máquinas Ltda	477.500	-
Barrfab Industria Comercio Importação	197.700	-
Gn Resound Produtos Médicos Ltda	110.880	116.480
Ortomix - Ortopedia Brasil Ltda	96.984	362.693
Tecnoplastico Belfano	88.603	-
Sivantos Soluções Auditivas Ltda	63.910	92.400
Ethnos Ind. e Com. de Prod. Ortop. Ltda (Produtos)	63.026	60.093
Infojobs Brasil Atividades de Internet Ltda.	52.250	-
Telemax Diagnóstico por Imagem Ltda	31.381	-
Outros Fornecedores	28.058	54.323
Mv Sistemas de Medicina Diagnóstica Ltda	25.439	3.459
Atomed Produtos Médico (Oticon)	25.410	46.200
Itec Informática e Tecnologia Ltda	19.064	-
Mv Informatica Nordeste Ltda	18.474	1.543
Ethnos Indústria e Comércio De Produtos (Serviços)	12.655	-
Ticket Serviços	9.231	23.578
MATEC - Materiais Elétricos e Construções	9.165	-
Aliança do Brasil Seguros S/A.	7.229	6.085
Canon Medical Systems do Brasil Ltda	5.767	-
Engecopi Com. Mat. Construção Ltda	4.797	-
Brandão e Brandão Ltda	4.792	-
Hidroelétrica Eng. Industria e Comercio	4.308	-
Guerbet Produtos Radiológicos Ltda	4.300	3.500
Philips Medical Systems Ltda	-	35.126
Ultrarad Ltda	-	28.710
Cardios - Reabilitando Corações	-	11.000
Natural Step Ind. Calçados Ortop.	-	4.648
Associação Assist. a Criança Def. -	-	3.247
	1.900.862	**853.085**

b. Composição por Vencimento de Títulos:

	2022	2021
A vencer		
até 30 dias	362.799	402.168
entre 31 a 60 dias	97.515	259.882
entre 61 a 120 dias	147.119	143.218
há mais de 121 dias	44.168	2.608
Vencidos		
até 30 dias	1.247.038	37.655
entre 31 a 60 dias	1.942	7.273
entre 61 a 120 dias	-	281
há mais de 181 dias	362.799	402.168
	1.900.862	**853.085**

9. Empréstimos e Financiamentos

a. Composição Contábil

	2022	2021
Empréstimos e Financiamentos Nacionais	1.393.391	2.240.642
(-) Juros a Incorrer	(384.808)	(583.295)
	1.008.583	**1.657.347**
Curto Prazo	**281.131**	**478.588**
Longo Prazo	**727.452**	**1.178.759**

b. Empréstimos e Financiamentos Nacionais

Instituição Financeira	Início	Vencimento	Principal	Taxa a.a.	2022	2021
Banco Lage Landen Brasil S.A.	12/03/2021	28/09/2026	1.792.865	15,80%	**1.008.583**	**1.657.347**
Nacionais					**1.008.583**	**1.657.347**

A operação de financiamento captada para aquisição de equipamento médico.

O valor justo dos financiamentos classificados no circulante é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se a taxa intrínseca de cada contrato.

c. Fluxos dos Pagamentos

	Financiamentos
2023	285.114
2024	329.292
2025	381.732
2026	12.445
	1.008.583

*Os valores referentes ao fluxo de pagamentos do exercício de 2026 se trata de resíduos provenientes de antecipações realizadas durante o ano de 2022.

10. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

a. Composição Contábil

	2022	2021
Provisão de Férias	1.000.727	905.614
INSS a recolher	90.398	75.515
FGTS a recolher	207.402	180.844
IRRF a recolher	80.267	75.665
Demais Trabalhistas	33.497	27.688
	1.412.291	**1.265.326**

11. Receitas Diferidas de Subvenções Governamentais

As receitas diferidas são oriundas de subvenções governamentais contratadas com o governo federal para aquisições de bens do ativo imobilizado.

a. Composição Contábil

	2022	2021
Contrato de Gestão do Prédio (1)	15.623.868	15.790.384
Mercadorias Doadas pela RFB (3)	929.595	980.623
Receitas Diferidas de Subvenções (4)	-	111.666
Convênio Nº 878446.2018 (5)	1.011.353	1.175.617
Convênio Nº 877912.2018 (5)	269.922	306.231
Carreta Doada pela Receita Federal	-	20.621
Bens SESAPI	128.873	135.636
Emenda Rejane Dias-98/14	17.554	32.775
Emenda Ismar Marques - 102/14	43.120	59.285
Mercadorias Doadas pela RF	50.453	56.998
Elevador CEIR 2020	104.000	117.000
Mercadorias Doadas pela RF	378.915	421.616
Contrato de Gestão do CER IV	322.345	372.848
Emenda Dep. Merlong Solano	153.563	-
Emenda Dep. Flávio Nogueira	100.000	-
Emenda Senadora Regina Sousa	300.000	-
Contrato de Gestão - MDER	67.597.443	-
	87.031.003	**19.581.300**
Curto Prazo	**1.127.074**	**705.797**
Longo Prazo	**85.903.929**	**18.875.503**

b. Movimentação do saldo de Receitas Diferidas de Subvenções:

	Saldo de Receitas Diferidas em 31/12/2021	Receitas Reconhecidas no período	Recursos de subvenção para custeio	Saldo de Receitas Diferidas em 31/12/2022
Contrato de Gestão do Prédio (Higino Cunha) (1)	15.790.384	(166.516)	-	15.623.868
Mercadorias Doadas - Receita Federal (3)	980.623	(51.029)	-	929.594
Receitas Diferidas de Subvenções Governamentais (4)	111.666	(111.666)	-	-
Carreta doada - Receita Federal	20.621	(20.620)	-	1
Bens SESAPI	135.636	(6.764)	-	128.872
Emenda Parlamentar - Rejane Dias - 98/14	32.775	(15.222)	-	17.553
Emenda Parlamentar - Ismar Marques - 102/14	59.285	(16.167)	-	43.118
Mercadorias Doadas - Receita Federal	56.998	(6.545)	-	50.453
Mercadorias Doadas - Receita Federal	421.616	(42.702)	-	378.914
Convênio Nº 878446.2018 (5)	1.175.617	(158.851)	(5.413)	1.011.353
Convênio Nº 877912.2018 (5)	306.231	(36.309)	-	269.922
Elevador CEIR 2020	117.000	(13.000)	-	104.000
Contrato de Gestão do CER IV	372.848	(50.501)	-	322.347
Emenda Senador Elmano	-	(400.000)	400.000	-
Emenda Dep. Rejane Dias	-	(500.000)	500.000	-
Emenda Dep. Merlong Solano	-	(46.437)	200.000	153.563
Emenda Dep. Flavio Nogueira	-	-	100.000	100.000
Emenda Senadora Regina Sousa	-	-	300.000	300.000
Contrato de Gestão – MDER (6)	-	(863.800)	68.461.243	67.597.443
	19.581.300	**(2.506.129)**	**69.955.830**	**87.031.001**

(1) Referente à contabilização do prédio localizado na Av. Higino Cunha, cedido pelo Governo do Estado do Piauí através do contrato de Gestão n° 248/2013;

(2) Refere-se aos ônibus recebidos pela Entidade no âmbito do contrato para prestação dos serviços, através de termo de cessão de uso de bens móveis, com base no convênio 094/2015, celebrado entre o Estado do Piauí, por meio da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí e a Associação Piauiense de Municípios (APPM);

(3) Referente ao recurso da venda de mercadorias no bazar e incorporação de equipamentos de informática ao patrimônio da Entidade, oriundos das mercadorias doadas pela Receita Federal, conforme ADM/SRRF03/RF n° 06 de abril de 2017, processo nº 10384.721327/2017-61. Este recurso foi aplicado em projetos de ampliação e melhoria nos atendimentos da Entidade, através de construção de uma academia, aquisição de elevadores e troca de outros equipamentos;

(4) Refere-se a equipamento alocado no centro de diagnóstico. O custo do bem foi de 2.600.000,00 adquirido em 2012. Vida útil de 10 anos;

(5) Refere-se à aquisição de equipamento e material permanente visando o fortalecimento do SUS, através de Convênio firmado com o Ministério da Saúde.

(6) Refere-se a obrigações decorrentes do Contrato de Gestão da Nova Maternidade D. Evangelina Rosa recebidos para cumprimento do objeto do contrato que consistem na aquisição de equipamentos, gestão administrativa e contratação de pessoal.

	2022
Ativos do Contrato	
Caixa Restrito - Aplicações Financeiras	22.177.787
Valores a reembolsar de antecipação de custeio	89.948
Convênios e Subvenções a Receber	39.062.973
Imobilizado em instalação	6.266.735
	67.597.443
Passivos do Contrato	
Subvenções a realizar	67.832.602
(-) Reconhecimento das Receitas Diferidas	(863.800)
(+) Rendimentos de aplicação, bruto	628.641
	67.597.443
Receitas	
Receitas Diferidas de Subvenções resultado de 2023	**863.800**
Despesas	
Custeio reconhecido no resultado de 2023	**(863.800)**

12. Receitas Operacionais

a. Composição Contábil

	2022	2021
Receitas Operacionais		
Contrato de Gestão*	12.602.503	15.371.034
SUS	7.534.468	7.050.242
Transporte Eletivo (Qualisus)**	4.665.601	4.569.802
CER III***	2.400.000	2.400.000
Contrato de Gestão - CER IV	2.362.705	-
Subvenção Governamental	1.642.330	1.383.232
Contrato de Gestão MDER	863.800	-
Programa Rede Viver Sem Limites	648.000	648.000
Oficina Itinerante - Projeto Passo a Frente	352.673	-
Produção da Oficina	339.515	330.689
Trabalho Voluntário	127.666	74.666
Doações	102.031	93.430
Convênio - Piauí Secretaria de Saúde	48.455	31.566
Centro de Diagnóstico	33.165	31.210
IAPEP	430	561
Bazar	-	20.865
Hosp. Polícia Militar	-	683
Subtotal	**33.723.342**	**32.005.980**
Deduções da Receita		
Vendas Canceladas, Deduções e Desc.	(9.210)	(2.804)
Serv. Cancelados, Devoluções e Desc.	(36.385)	(19.593)
	(45.595)	**(22.397)**
Receita Operacional Líquida	**33.677.747**	**31.983.583**

* Refere-se a repasse mensal em decorrência do Contrato de Gestão nº 248/2013 firmado entre a Associação Reabilitar e a Secretaria de Saúde do Estado do Piauí com a obrigação da Associação Reabilitar de realizar o atendimento de pacientes do Sistema Único de Saúde, mediante recebimento de valor mensal de R$ 922.000,_para auxílio financeiro nos custos e despesas no âmbito dos atendimentos. A vigência do contrato tem prazo final até 29 de agosto de 2024. Consta também acréscimo de R$ 128.208 referente ao Pós-covid Teresina.

** Refere-se a repasse mensal em decorrência do contrato 094/2015 repassados pelo Estado do Piauí equivalente a 60% e 40% pelos municípios que financiam o transporte de pacientes eletivos no SUS para Teresina-PI. Este serviço é realizado através de contrato celebrado entre o Estado do Piauí, por meio da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí e a Associação Piauiense de Municípios (APPM). É um serviço feito através de ônibus que fica sob a responsabilidade da Entidade. A receita média é de cerca de R$ 400.000 mensais, podendo ser interrompida a qualquer momento pelos contratantes.

*** O CER III refere-se a recebimento de recursos de incentivos financeiros de custeio para o Componente Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO - ASSOCIAÇÃO REABILITAR

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
ACOMPANHADO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

CONTINUANDO

do Sistema Único de Saúde, no valor mensal de R$ 200.000. O repasse do incentivo é condicionado a utilização de prontuário único para cada paciente; condução da atenção aos usuários conforme diretrizes estabelecidas por instrutivos; estrutura física e funcional e de equipe multiprofissional devidamente qualificada capacitada para a prestação de assistência especializada para pessoas com deficiência, constituindo-se como referência em habilitação/reabilitação, conforme requisitos definidos pelo Ministério da Saúde.

**** Refere-se ao reflexo no resultado da receita de subvenções relativas a ativos imobilizados. A receita é reconhecida de modo racional em conformidade com a vida útil dos ativos. Conforme NBC-TG 06 Subvenções Governamentais. Na nota explicativa nº 11 apresentamos a movimentação nas Receitas Diferidas de Subvenção Governamentais.

13. Custos com Serviços Vendidos

a. **Composição Contábil**

	2022	2021
Atividades de Habilitação, Reabilitação. e Readaptação	5.641.987	5.334.358
Centro de Diagnóstico	3.138.570	2.776.371
Transporte Eletivo (Qualisus)	2.286.347	2.015.292
Reabilitação pós-covid	1.552.145	1.653.826
Maternidade Dona Evangelina Rosa	990.867	-
Depreciação	250.737	425.449
	13.860.653	**12.205.296**

14. Custos com Produtos Vendidos

a. Composição Contábil

	2022	2021
Oficina Ortopédica	832.417	1.576.972
Oficina Ortopédica Itinerante	885.169	14.782
Custo c/ Mercadoria	3.919.549	3.684.660
Depreciação	44.900	98.629
	5.682.035	**5.375.043**

15. Despesas Administrativas

a. **Composição Contábil**

	2022	2021
Salários	3.643.689	3.303.212
Depreciação	894.568	765.284
Software	596.830	401.191
Serviços Prestados PJ	1.986.947	1.267.645
Vigilância, Segurança e Agente de Portaria	733.769	729.426
Material de Uso e Consumo	617.421	672.788
Férias	420.972	343.919
Energia	398.859	478.390
Vale Transporte	162.292	11.007
Manutenção	2.498.157	1.924.379
Alimentação do Trabalhador	215.725	251.775
Combustível	51.345	40.138
Encargos Sociais – FGTS	405.844	334.203
Décimo Terceiro Salário	309.639	275.227
Plano de Saúde	190.398	193.528
Indenizações Trabalhistas	56.980	78.464
Diárias, Viagens e Ajuda de Custos	77.747	76.195
Locação de equipamentos	146.098	131.552
Seguros	172.452	148.791
Água	192.790	160.341
Aluguéis	96.188	94.299
Despesas com Trabalho Voluntário	127.666	74.666
Material de Limpeza	106.194	64.905
Despesas Bancárias	257.668	157.585
Serviços Gráficos	27.503	28.600
Cursos, Palestras e Eventos	24.378	12.769
IPTU	1.716	5.329
Taxas Municipais	24.647	1.621
Contribuições Associativas	34.625	26.008
Internet	52.876	47.514
Telefone	47.952	47.023
Serviços Prestados PF	40.615	35.320
Juros	6.463	1.341
Multa	134	524
Fretes	12.204	44.627
Correios e Malotes	5.435	6.294
Taxas das Administradoras de Cartões	4.351	19.383
Publicações Oficiais	7.899	7.899
Bolsa Auxílio	18.000	2.100
Cartório	3.763	1.666
Bens de Pequeno Valor	-	20.534
Aluguel de Container	17.500	4.800
Provisão p/ Perda Devedores Duvidosos	6.322	488.488
Outras despesas administrativas	399.906	223.214
	15.096.527	**13.003.962**

16. Resultado Financeiro Líquido

a. **Composição Contábil**

	2022	2021
Rendimentos Aplicações Financeiras	265.734	177.725
	265.734	**177.725**
IOF s/ Rendimentos de Aplicação	(9.796)	(7.779)
IRRF s/ Rendimentos de Aplicação	(84.678)	(29.691)
	(94.474)	**(37.470)**
	171.260	**140.255**

17. Tributos sobre as Atividades e Certificações

a. **Certificações**

A Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação, Readaptação teve seu pedido de concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da Saúde, deferido em 13 de agosto de 2014, passando a usufruir das imunidades abrangidas pelo CEBAS – Saúde a partir desta data, conforme dispõe a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social.

A Entidade possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) conforme Portaria SAES/MS nº 1.033 de 03/11/2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 13/11/2020, com validade de 14/08/2020 a 13/08/2023 que deferiu a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde.

b. **Tributação**

Nos termos do artigo 150 da Constituição Federal de 1988 e conforme o que dispõe o artigo 14 da Lei nº 5.172/66, a Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação, Readaptação - Associação Reabilitar não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que asseguram sua exatidão. Portanto, é imune dos seguintes tributos:

i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) - conforme o que preceitua a Lei Federal nº 9.532/1997.

ii. Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) - incidentes sobre rendimentos de aplicações financeiras, financiamentos e apólices de seguros - como previsto na legislação fiscal vigente, inclusive, a Entidade tem enviado regularmente às instituições financeiras com as quais realiza operações financeiras, declaração de que é imune e, por esse motivo, não está sujeita à incidência do IRRF e do IOF sobre as referidas operações financeiras.

iii. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), a Entidade possui o Certificado de Imunidade Tributária vigente desde 17 de outubro de 2017. De acordo com o novo Código Tributário Municipal, Lei nº 4.974, de 26 de dezembro de 2016, no seu Art.8º, § 7º, não estabelece mais prazo de validade do Certificado de Imunidade Tributária. Conforme Despacho 55/2021-DPAF-GEISS-SEMF de 04 de outubro de 2021, a Divisão de Planejamento Fiscal do município de Teresina avaliou pela não necessidade no momento de uma nova ação fiscal para análises do cumprimento dos requisitos da imunidade tributária.

iv. A Entidade conta com imunidade em relação à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) por se enquadrar no artigo 15 da Lei nº 9.532/97.

v. A Entidade conta com imunidade em relação à Contribuição ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sob prestações de serviços e rendimentos de aplicações financeiras - por decisão transitada em julgado - Acórdão nº 9303-01.521 - 3ª Turma Câmara Superior de Recursos Fiscais do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

vi. A Entidade conta com imunidade tributária em relação ao recolhimento do Programa de Integração Social (PIS) sobre a folha de pagamento, por decisão transitada e julgada com repercussão geral.

vii. A imunidade da contribuição a cargo da Entidade, destinada à Seguridade Social - Patronal (INSS) está relacionada ao Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS).

Em atendimento ao art. 169, inciso VIII, alínea (d) da Portaria de Consolidação MS/GM nº 01 de 28/09/2017, são demonstrados a seguir, os valores, passíveis de mensuração razoável, relativos aos benefícios fiscais usufruídos, àqueles elencados no art. 55, da Lei 8.212/91, durante os exercícios de 2022 e 2021:

	2022	2021
Contribuição Patronal de INSS	2.329.591	2.026.997
Alíquota RAT x FAP	386.712	336.481
Outras (SESC, SESI, SENAC etc.)	314.495	273.645
	3.030.798	**2.637.123**

18. Atendimentos SUS e não SUS

A Entidade apresenta indicadores que firmam o cumprimento das metas estabelecidas, cujo resultado operacional é o comprometimento do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), mas, a remuneração individual recebida torna-se insuficiente devido ao alto custo operacional dos serviços prestados, gerando déficits que são compensados com outras receitas provindas de outros convênios, doações e subvenções governamentais.

A Entidade da Área de Saúde faz jus ao Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos conforme a Lei Complementar 187 de 16 de dezembro de 2021 do Ministério da Saúde, que dispõe o processo de Certificação das Entidades Beneficente de Assistência Social na área de Saúde (CEBAS-SAÚDE), ofertando a prestação dos seus serviços ao SUS, apresentando o seu percentual de 95,65%, entretanto obrigatoriamente, informará ao Ministério da Saúde, na forma por ele estabelecida, a sua totalidade dos atendimentos realizados por pacientes usuários do SUS, como também, a sua totalidade dos atendimentos realizados para pacientes não usuários do SUS, atendendo durante o exercício o percentual de atendimento decorrente de convênio firmado com o Sistema Único de Saúde, sendo superior a 60% do total de sua capacidade instalada.

CEBAS- Saúde

Produção Própria - Pacientes-Dia SUS e Não SUS - Sistema SIH/CIHA

Mês	Atendimento SUS	Atendimentos Ñ SUS	Total no Mês	% SUS Mês	% SUS Acumulado
Janeiro	5.729	305	6.034	94,95%	94,95%
Fevereiro	6.205	203	6.408	96,83%	95,92%
Março	8.506	259	8.765	97,05%	96,38%
Abril	6.229	509	6.738	92,45%	95,43%
Maio	6.365	368	6.733	94,53%	95,26%
Junho	5.856	349	6.205	94,38%	95,13%
Julho	7.848	210	8.058	97,39%	95,50%
Agosto	7.440	428	7.868	94,56%	95,37%
Setembro	8.572	290	8.862	96,73%	95,55%
Outubro	7.099	274	7.373	96,28%	95,63%
Novembro	7.424	280	7.704	96,37%	95,70%
Dezembro	3.222	182	3.404	94,65%	95,65%
	80.495	**3.657**	**84.152**	**95,65%**	

19. Trabalho Voluntário

O Trabalho Voluntário está dividido em Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, os valores aos quais seriam repassados aos colaboradores voluntários da Associação Reabilitar, seriam calculados com base no Salário-Mínimo Vigente.

	2022	2021
Conselho de Administração	38.333	21.667
Conselho Fiscal	29.333	21.667
Diretoria	60.000	31.333
	127.666	**74.667**

20. Remuneração do Pessoal Chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui superintendência executiva, superintendência multiprofissional, superintendência administrativa financeira, coordenadores, gerentes e supervisores, contadores sendo todos celetistas. A remuneração, que é estipulada de acordo com o valor de mercado, paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração por seus serviços está apresentada a seguir:

	2022	2021
Salários e benefícios de curto prazo, a empregados.	1.239.675	1.081.094
	1.239.675	**1.081.094**

21. Contrato de Gestão Nova Maternidade Dona Evangelina Rosa

a. Sobre o Contrato de Gestão NMDER nº 32/2022

O contrato tem por objeto a celebração de parceria com a Associação Reabilitar para a gestão administrativa, aquisição dos equipamentos para Nova Maternidade Dona Evangelina Rosa e gestão de pessoal. Necessário destacar que a SESAPI em 13/12/2021 remeteu Ofício de nº 6326/2021 solicitando da Associação Reabilitar apresentação de documentos para análise da possibilidade de contratualização, com embasamento na Lei nº 7.612/2021, e que manifestasse interesse para gerir a nova maternidade, com isso, em 21/12/2021 a Associação Reabilitar entregou sua documentação e o interesse na contratualização apresentando Cronograma de Desembolso de janeiro a dezembro de 2022.

Com o trâmite processual e obedecendo o rito legal, houve atraso na efetivação do contrato, ocorrendo sua assinatura em 11/04/2022 e publicação em 20/04/2022, desta forma o repasse da primeira parcela ocorreu em maio de 2022, o que exigiu uma nova reprogramação do Cronograma de Desembolso apresentado a SESAPI e validada pelo quadro abaixo:

Plano de Trabalho Consolidado - Nova Maternidade Dona Evangelina Rosa

	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12
CUSTEIO												
Recursos Humanos	3.241.880	3.241.880	3.241.880	3.241.880	3.241.880	10.785.881	10.785.881	10.785.881	10.785.881	10.785.881	10.785.881	10.785.881
Material de Consumo	1.895.443	1.860.883	1.860.883	1.785.883	1.779.390	5.959.228	5.959.228	5.959.228	5.959.228	5.959.228	5.959.228	5.959.228
Serviço de Terceiros PJ	1.130.795	699.079	699.079	699.079	699.079	790.291	790.291	790.291	790.291	790.457	943.013	790.457
	6.268.118	**5.801.842**	**5.801.842**	**5.726.842**	**5.720.349**	**17.535.400**	**17.535.400**	**17.535.400**	**17.535.400**	**17.535.566**	**17.688.122**	**17.535.566**
INVESTIMENTO												
Equipamentos/Investimentos	66.182	53.192	53.192	24.692	24.692	24.692	24.692	24.692	24.692	24.692	24.692	24.692
	66.182	**53.192**	**53.192**	**24.692**	**24.692**	**24.692**	**24.692**	**24.692**	**24.692**	**24.692**	**24.692**	**24.692**
	6.334.300	**5.855.034**	**5.855.034**	**5.751.534**	**5.745.041**	**17.560.092**	**17.560.092**	**17.560.092**	**17.560.092**	**17.560.258**	**17.712.814**	**17.560.258**

b. Situação em dezembro de 2022

O Contrato de Gestão MDER possui um atraso no repasse, na ordem de R$ 39.062.973 pelos motivos detalhados na nota explicativa n°5.

Será necessário Aditivo para atender um novo Plano de Trabalho entregue em novembro de 2022, mas para essas parcelas já estabelecidas no Contrato e pendentes não há o anúncio da necessidade de Aditivo para o período de 2022 pelo órgão contratante.

c. Relação Associação Reabilitar x Nova Maternidade D. Evangelina Rosa

A assistência à saúde é garantida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e para isto toda a linha de cuidado deve ser eficiente, efetiva e eficaz, desde a atenção básica até os procedimentos de alta complexidade, de forma organizada e hierarquizada, com foco na qualidade dos serviços prestados, segundo o grau de complexidade de assistência requerida.

A atenção à saúde deve centrar as diretrizes na qualidade dos serviços prestados aos usuários, com atenção acolhedora, resolutiva e humanizada, com seus recursos humanos e técnicos, e oferecendo, segundo o grau de complexidade de assistência requerida e sua capacidade operacional, os serviços de saúde adequados.

A necessidade premente de complementar a oferta de serviços assistenciais especiais e de alto custo, com o objetivo de minimizar substancialmente a demanda reprimida observada é mandatória, que influencia diretamente na ampliação do acesso universal aos ditos serviços assistenciais que devem ser disponibilizados universalmente pelo SUS.

Com essa premissa a Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação e Readaptação – Associação Reabilitar, inscrita no CNPJ Nº 07.995.466/0001-13, Organização Social sem fins lucrativos, detentora do título de entidade de utilidade pública municipal, estadual e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, foi contratada para gestão da Nova Maternidade Dona Evangelina Rosa, por se enquadrar nos requisitos da Lei Estadual nº 7.612/2021.

Neste sentido, destaca-se a importância da implementação, através da contratualização desta Organização Social para o gerenciamento de forma eficaz e eficiente do objeto com a administração do Recursos Humano (RH) e aquisição de equipamentos para o funcionamento da Nova Maternidade Evangelina Rosa (NMDER) e contratação de colaboradores para atuar neste estabelecimento de saúde.

A Associação Reabilitar atenderá na Nova Maternidade Dona Evangelina Rosa com seus recursos humanos e técnicos as gestantes e recém-nascidos, exclusivamente pelo SUS, oferecendo serviços de referência secundários e terciários em assistência obstétrica e neonatal de acordo com sua capacidade instalada e sua capacidade técnica operacional, os serviços de saúde que se enquadrem nas modalidades abaixo descritas, conforme sua tipologia (unidade hospitalar tipo maternidade de alto risco obstétrica e neonatal, urgência, emergência e ambulatorial).

d. Porte e Estrutura da NMDER

Trata-se de uma unidade hospitalar moderna, do tipo maternidade de alto risco obstétrico e neonatal. Dispondo de urgência, emergência e atendimento ambulatorial de grande porte, com atenção secundária e terciária à saúde. Além disso, a nova estrutura física é composta por 08 andares, 05 anexos e 301 leitos. Dentre eles, destaca-se 30 unidades UTIN (UTI Neonatal), 45 UCINCo (Unidades de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional) e UCINCa (Cuidado Intermediário Neonatal Canguru), como também, 171 Unidades de Enfermaria.

e. Planejamento já executado

A NMDER está com obra executada em 95%, faltando 5% de obra, sendo esta, ação de responsabilidade da SESAPI. Quanto à aquisição de equipamentos, já foram adquiridos um percentual de aproximadamente 37%, uma ação realizada pela Associação Reabilitar. Ademais, foi providenciado a inscrição de pessoa jurídica junto a Receita Federal sob o Nº do CNPJ: 07.995.466/0004-66, sendo disponibilizado em 18/05/2022 para a nova unidade de saúde gerida pela Entidade.

Quanto a execução de projetos, foi realizada a atualização de contratação com a SOULMV para reimplantação, manutenção e recebimento de licenças pela Sesapi para gestão dos módulos multiempresa e demais adicionais, a fim de cumprir as normas de *Compliance* Administrativo.

f. Previsão de Operacionalização do serviço

Segundo o governo do estado a previsão de inauguração será no dia 28/07/2023 para os seguintes setores: Lavanderia, Central de Material Esterilizado; Nutrição; Ambulatório de Atendimento Especializado. Outrossim, os demais setores serão abertos conforme cronograma a ser definido em Comissão de Transição da SESAPI.

22. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados atualmente pela Entidade estão restritos a investimentos de curto prazo, contas a receber e empréstimos e financiamentos em condições normais de mercado. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos critérios descritos na Nota 3.a.

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, buscando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Os principais instrumentos financeiros, ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 são descritos abaixo, juntamente com os critérios para sua avaliação:

- Caixa e equivalentes de caixa e juros depósitos bancários: as contas correntes detidas em bancos têm valores de mercado semelhantes aos valores contábeis;
- Clientes, convênios e subvenções governamentais a receber e outros ativos: são reconhecidos pelo justo.
- Adiantamentos e Despesas Antecipadas: são reconhecidos pelo valor justo.
- Fornecedores de bens e serviços: os valores reconhecidos representam o valor justo em reais das aquisições;

Receitas Diferidas de Subvenções Governamentais representam o valor justo em reais das obrigações a cumprir com os contratos.

a. **Risco de crédito**

A Entidade não possui risco devido ao perfil dos recebíveis, em sua maioria decorrentes de contratos de gestão com o setor púbico e contratualização com Sistema Único de Saúde.;

No que se refere ao risco de crédito associado a aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Entidade apenas realiza operações em instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating independentes.

b. **Risco de liquidez**

A política de gestão de risco implica manter um nível seguro de caixa e equivalentes de caixa ou acessos a fundos imediatos. Desta forma, a Entidade possui investimentos com vencimento a curto prazo e liquidez imediata.

c. **Gestão de risco de capital**

Os objetivos da Entidade na gestão de seu capital são proteger a capacidade de continuar suas operações e garantir uma estrutura de capital adequada.

d. **Valor Justo dos Instrumentos Financeiros**

Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Entidade estão evidenciados no quadro abaixo:

	Nível	2022 Valor contábil	2022 Valor Justo	2021 Valor contábil	2021 Valor Justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixas	1	3.700.103	25.877.891	5.759.497	5.759.497
Caixa Restrito - Aplicações Financeiras		22.177.787			
Convênios e Subvenções a receber	1	42.123.627	42.123.627	2.810.481	2.810.481
Despesas Antecipadas	1	74.687	74.687	65.282	65.282
Adiantamentos	1	1.294.966	1.294.966	602.685	602.685
		69.371.170	**69.371.170**	**9.237.945**	**9.237.945**
Passivos					
Fornecedores de bens e serviços	1	1.900.862	1.900.862	853.085	853.085
Empréstimos e Financiamentos	1	1.008.583	1.008.583	1.657.347	1.657,347
Receitas Diferidas de Subvenções Governamentais		87.031.003	87.031.003	19.581.300	19.581.300
Outras Obrigações	1	33.311	33.311	37.433	37.433
		2.942.756	**2.942.756**	**2.547.865**	**2.547.865**

e. **Instrumentos financeiros por categoria**

	Valor justo através do resultado	Ativos pelo custo amortizado	2022 Passivos pelo custo amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixas	3.700.103	-	-
Caixa Restrito - Aplicações Financeiras	22.177.787		
Convênios e Subvenções a receber	-	42.123.627	-
Despesas Antecipadas	-	74.687	-
Adiantamentos	-	1.294.966	-
	25.877.891	**43.493.279**	**-**
Passivos			
Fornecedores de bens e serviços	-	-	1.900.862
Empréstimos e Financiamentos	-	-	1.008.583
Receitas Diferidas de Subvenções Governamentais			87.031.003
Outras Obrigações	-	-	33.311
	-	**-**	**2.942.756**
	25.877.891	**43.493.279**	**2.942.756**

	Valor justo através do resultado	Ativos pelo custo amortizado	2021 Passivos pelo custo amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixas	5.759.497	-	-
Convênios e Subvenções a receber	-	2.810.481	-
Despesas Antecipadas	-	65.282	-
Adiantamentos	-	602.685	-
	5.759.497	**3.478.448**	**-**
Passivos			
Fornecedores de bens e serviços	-	-	853.085
Empréstimos e Financiamentos	-	-	1.657.347
Receitas Diferidas de Subvenções Governamentais			19.581.300
Outras Obrigações	-	-	37.433
	-	**-**	**2.547.865**
	5.759.497	**3.478.448**	**2.547.865**

Sérgio Hermano de Sá Moraes
Contador
Associação Reabilitar
CRC-PI 010397/O-1

Walter de Sousa Oliveira
Superintendente Adm./Financeiro
Associação Reabilitar
C.R.A. 0364-PI

Aderson Luz Carvalho
Superintendente Executivo em Exercício
Associação Reabilitar

Benjamim Pessoa Vale
Presidente
Associação Reabilitar
CRM N° 1916/PI

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, do resultado abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do fluxo de caixa, complementados pelas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, elaboradas pelo Contador Sr. Sergio Hermano de Sá Moraes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, e louvando-se no Relatório da empresa PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES sobre as demonstrações contábeis, datado de 17 de março de 2023, é de opinião que os referidos documentos atendem às disposições estatutárias e legais, merecendo nossa aprovação.

Teresina-PI, 20 de março de 2023.

Conselho Fiscal:
Carlos Alberto Linhares de Araújo
João da Cruz Sousa Neto
Maria das Graças Cavalcante Nogueira